

por Mário Soares

O tempo passa, os acontecimentos, às vezes perturbantes, sucedem-se, tanto interna como externamente. A situação interna, não podemos deixar de reconhecer, degrada-se, centrada como está no imediatismo - e nos faits divers - sem um plano estratégico, a médio prazo, para sairmos da crise. Tudo se joga no dia a dia, sem uma visão coerente de futuro, ao menos, para os próximos três a quatro anos.

Vamos ver se o Programa de Estabilidade e Crescimento, que está atrasado, em relação ao prazo que nos foi dado para o apresentar, pela União Europeia, nos traz uma lufada de ar fresco e ideias novas, claras e consistentes - não seja meramente economicista - de forma a restabelecer a confiança dos portugueses nas suas instituições democráticas. Confiança, diga-se, que começa a estar abalada.

Para tanto, os Partidos da Oposição, da Esquerda e da Direita, deveriam entender-se entre si - e com o Partido do Governo - pelo menos quanto ao essencial, para se poder estabelecer um consenso possível quanto ao rumo que o País deve seguir.

É isso possível? Respondo: tem de ser, porque a força das coisas obriga. No passado próximo, pos-Revolução dos Cravos, foi possível, em dois momentos particularmente delicados: em 1978, quando se subscreveu um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que nos salvou da bancarrota; e em 1983-85, quando, mediante um esforço muito difícil de equilíbrio financeiro, conseguimos criar as condições para a nossa entrada na CEE.

A situação hoje é diferente. Muito diferente. O Mundo está em acelerada mudança e a crise, importada do exterior, com que nos debatemos é global e a pior que viveu o capitalismo, desde sempre. Está, de resto, longe de ter chegado ao fim. É, aliás, o que nos obriga a mudar de paradigma, ou seja: o modelo de crescimento. Situação que muitos líderes ocidentais não querem compreender, incluindo alguns portugueses. Com outra agravante: a actual crise não é só financeira e económica. Tem outras vertentes: é também política, social, ambiental e de civilização. Vivemos um momento crucial de mudança, em que o Ocidente - de que fazemos parte - corre grandes riscos de perder a hegemonia. É preciso, portanto, como portugueses e europeus, que tenhamos consciência da situação complexa em que estamos.

Não é, contudo, muito diferente da dos nossos parceiros europeus, principalmente da dos que estão geograficamente mais próximos de nós. Bem pelo contrário.

Os Partidos que temos, após as eleições legislativas, concentrados nas questões de poder - e na feroz contestação do Governo, que vem detrás, querem insensatamente derrubá-lo, por qualquer preço, sem pensar nas consequências, depois se verá...- não têm apresentado ideias novas nem prometido debates sobre o essencial: como sair da crise? Que estratégia para assegurar, ao maior número dos nossos compatriotas, um futuro de progresso e de bem estar? No entanto, o Partido que apoia o Governo, também, não parece estar mobilizado para participar activamente nesse debate que é aquele que mais importa ao eleitorado.

Os Sindicatos procuram lutar em defesa dos interesses dos seus associados. É o que mais os interessa. Nesse aspecto, cumprem o seu dever. Mas, como organizações responsáveis, deviam perceber que a questão não está, hoje e por hoje, prioritariamente, em melhorar as condições dos que têm trabalho, mas sim em valer aos que o não têm ou estão sujeitos, sem garantias, a um trabalho precário.

Quanto aos Sindicatos dos Juizes e do Ministério Público, dada a mediatização condenável da Justiça, alguns dos seus representantes, apesar de pertencerem a um órgão colectivo de soberania - o poder judicial - permitem-se opinar, em público, sobre a temática política, o que em princípio lhes devia ser vedado. Não ajudam a esclarecer a situação e comprometem a credibilidade da Justiça.

A Comunicação Social tem vindo também a degradar-se, na imagem pública, dada a sua falta de isenção, com felizmente algumas honrosas excepções. Com a concentração dos órgãos da Comunicação Social - imprensa escrita, falada e televisões - em três ou quatro fortes grupos empresariais, têm vindo a desaparecer, paulatinamente, os grandes jornalistas independentes, que fizeram escola, nos anos que se seguiram à Revolução. Hoje, para sobreviverem, os jornalistas independentes têm poucas opções, como se sabe. Surgiram, em compensação, comentadores que não

são jornalistas, nem obedecem à deontologia profissional, mas que, em geral, seguem as empresas que os convidam. Permitem-se opinar sobre tudo, avaliando os políticos e os Partidos de forma frequentemente irresponsável. Alguns especializaram-se em pôr o nosso País de rastos, diagnosticando os males da Pátria, sem se darem ao trabalho de adiantar as soluções...

Tudo isto - sem esquecer o progressivo descrédito da Justiça - tem vindo a desgastar, o regime em que vivemos, legitimado pelo voto livre dos portugueses, os políticos, a Política, a Democracia e o nosso Estado de Direito. O momento que vivemos não é nada fácil. Mas, repito não se trata de uma singularidade portuguesa. Os parceiros europeus - e cito só os países que conheço melhor - como a Espanha, a França, a Itália, o Reino Unido e a própria Alemanha, não se encontram em melhor situação. O que torna mais graves as nossas preocupações.

É o que, penso, obriga os Partidos - incluindo o do Governo - a serem sensatos, responsáveis e dialogantes. Se assim não for, destroiem-se no conceito popular. Os próximos meses são decisivos. É o Estado e o regime que estão em causa. E um comportamento com sentido de Estado - patriótico e responsável - obriga os Partidos e os políticos no activo a dialogarem entre si e a encontrarem os compromissos necessários, para defender o prestígio da Pátria, da República e o bem estar dos seus compatriotas, como comunidade nacional.

Há quem fale em eleições legislativas, a curto prazo, como se fossem possíveis antes das presidenciais. Além de paralisarem o País, envolvendo os Partidos numa pugna extemporânea, em vez de tentarem resolver os problemas tão graves que nos afectam. Creio que os Partidos já desistiram dessa disparatada hipótese, incluindo o Partido do Governo que poderia ser, eventualmente, o mais beneficiado.

Outros, falam do reforço do presidencialismo - o que implicaria uma paralisante mudança constitucional - e que, no espírito de alguns saudosistas, poderia conduzir a uma nova Ditadura... O que não só não resolveria nada como viria agravar - ensina-nos o passado - todos os problemas.

Há quem pense, pelo contrário, num Governo de Assembleia, uma vez que novas eleições legislativas estão afastadas e o Partido do Governo não tem maioria absoluta. No momento que vivemos, seria o pior que nos poderia acontecer, dada a proximidade das presidenciais e o afastamento que implicava da solução do nosso principal problema: dar uma resposta eficaz à crise.

Outros ainda acham que o regresso a um novo Bloco Central - uma solução que parece agradar agora a muitos dos que mais a atacaram então - esquecendo a situação de incerteza e confusão em que se encontra o principal Partido da Oposição. O Congresso que se avizinha não é um fim. Será, provavelmente, um recomeço difícil e talvez conturbado, dada a guerrilha interna que se faz sentir entre os Candidatos.

Além do que, o Bloco Central se construiu - lembremo-nos disso - antes das eleições e foi baseado num real entendimento entre as lideranças dos dois principais Partidos e no respeito mútuo e cordial que existia entre elas. Exactamente o contrário do que hoje sucede. Aliás, o PS, organizou uma consulta interna a todos os militantes, antes de se decidir...

Então? Acredito que os Partidos sejam sensíveis às dificuldades que temos pela frente e tenham sentido de responsabilidade. Ficarão chamuscados, na opinião pública, se o não tiverem. A história não se repete e nem sempre há oportunidade de se remediar os erros que se cometem. Não queiram os responsáveis de hoje, ficar amarrados ao erros que poderão vir a cometer, por intransigência partidária ou pessoal e por falta de sentido de Estado. Refiro-me a todos os líderes dos actuais Partidos, sem excepção. Conversem, dialoguem, façam um esforço para se entenderem. É o momento. Não deixem escapar esta oportunidade. Seria um ferrete inapagável que ficaria sobre Vós...

Lisboa, 2 de Março de 2010